



Rafael Jardim Costa

Integração Regional na América do Sul: UNASUL como uma possível alternativa.

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Brasília - DF

2009

Rafael Jardim Costa

Integração Regional na América do Sul: UNASUL como uma possível alternativa.

Banca Examinadora:

Prof: Carlito Zanetti
(Orientador)

Prof. Alaor Silvio Cardoso
(Membro)

Profº. Sérvulo Vicente Moreira
(Membro)

Brasília - DF

2009

Unir-se é um bom começo, manter a união é um progresso, e trabalhar em conjunto é a vitória.

Henry Ford

Agradeço:

A Deus pela vida, oportunidades e obstáculos superados. Aos meus pais (João e Antonia) pelo exemplo e lições de perseverança. Aos meus irmãos e irmãs por todo carinho e companheirismo.

Ao meu amor (Karem), minha princesa, por todo o incentivo, carinho e preocupação.

Ao meu professor orientador, que se ele não seria possível a conclusão deste trabalho.

Aos meus amigos e amigas pelos belos anos de convivência, diversão e estudos. Em especial, aos meus irmãos de consideração: Renan, pelas palavras de conforto em momentos difíceis e por ser companhia para todos os momentos, Bruno, pela tolerância e incentivo, por dividir momentos inesquecíveis nos anos de faculdade e dinheiro para o lanche do intervalo.

Amo a todos vocês.

RESUMO

Esta monografia tem como base o processo de integração regional na América do Sul, incluindo seus antecedentes, passando pelos blocos hoje existentes e chegando ao surgimento da UNASUL – União de Nações Sul-americanas. A delimitação do tema se trata das dificuldades para a criação deste último mecanismo, UNASUL, que é uma integração mais aprofundada no continente, ao qual me apeguei mais sobre a fragilidade democrática que alguns países membros passam no presente momento. Neste contexto, surge a União de Nações Sul-americanas que terá, como principal objetivo, integrar as doze nações do continente sul-americano. Veremos ao longo do trabalho, exemplos de processos de integração bem sucedidos como é o caso da União Europeia e como seus ensinamentos podem ser úteis na construção de políticas para atender as necessidades de todos os membros do bloco. O ambiente analisado será a América do Sul, que é tida como ponto estratégico para o planeta já que é considerada a principal exportadora de recursos minerais e alimentícios. Neste caso, uma União entre as nações desta parte do planeta favoreceria aos Estados-membros devido a um fortalecimento político e até mesmo militar, podendo fazer frente às grandes nações comerciantes, o que acaba sendo um dos objetivos de uma integração regional.

Lista de Siglas

ALADI: Associação Latino-Americana de Integração

ALALC: Associação Latino-Americana de Livre Comércio

CAN: Comunidade Andina de Nações

CCM: Comissão de Comércio do Mercosul

CECA: Comunidade Européia do Carvão e do Aço

CEE: Comunidade Económica Européia

CEEA: Comunidade Européia de Energia Atômica

CNI – Confederação Nacional da Indústria

GATT: Acordo Geral de Tarifas e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade)

MCCA: Mercado Comum Centro-Americano

MCE: Mercado Comum Europeu

Mercosul: Mercado Comum do Sul

NAFTA: North America Free Trade Agreement (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio)

OMC: Organização Mundial do Comércio

ONU: Organização das Nações Unidas

OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte

PAC: Política Agrícola Comum

PCC: Política Comercial Comum

PIB: Produto Interno Bruto

PICE: Programa de Integração e Cooperação Económica

SAM: Secretaria Administrativa do Mercosul

SGP: Sistema Geral de Preferências

TEC: Tarifa Externa Comum

UE: União Européia

Sumário

RESUMO	5
Lista de Siglas	6
<i>Introdução</i>	9
CAPÍTULO 1 – O Fenômeno da Integração Econômica Regional.	12
<i>1.1 Marco Teórico e Definição de Integração Econômica Regional</i>	12
<i>1.2 Objetivos da Integração Econômica Regional</i>	16
<i>1.3 Etapas do processo da Integração Econômica Regional</i>	17
<i>1.4 A Viabilidade da Integração Continental</i>	19
CAPÍTULO 2 – Integração Econômica Regional, Globalização.....	21
<i>2.1 Benefícios de uma Integração Econômica Regional</i>	21
<i>2.2 A evolução do processo integracionista no continente europeu</i>	24
<i>2.3 A Globalização como mecanismo acelerador da formação de blocos econômicos</i>	27
CAPÍTULO 3 – Integração Regional na América do Sul e o Surgimento da União de Nações Sul-americanas – UNASUL	29
3.1 Integração Regional na América do Sul	29
3.2 União de Nações Sul-americanas – UNASUL	31
3.3 Introdução aos desafios	36
3.3.1 A fragilidade democrática demonstrada por alguns países como obstáculo à implementação da UNASUL	38
CONCLUSÃO	44
BIBLIOGRAFIA UTILIZADA.....	47
SÍTIOS UTILIZADOS	48
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	49

Introdução

O processo de Integração Regional surgiu como alternativa para a constante evolução da sociedade, no sentido de maximizar os ganhos com o comércio internacional e gerar o bem-estar para a população. Este processo é fruto da interdependência dos povos, que desde o início dos tempos, tem passado por uma constante evolução em uma busca por melhores condições de vida levando em considerações aspectos básicos como segurança e qualidade de vida. Tomas Hobbes argumentava em um de seus livros, “*Leviatã*”¹, que a formalização de um “contrato social”, proporcionaria melhores meios de garantia de condições de vida da humanidade. Sua proposta era a de formação de um ente superior capaz de proporcionar uma segurança coletiva, tal ente seria então a figura do Estado, que surgiu de uma simples família para a vivência em tribos, depois foram sendo formadas as cidades-estados, logo em seguida para nações soberanas, que passaram a comercializar entre si gerando uma interdependência cada vez maior entre os povos do nosso planeta, chegamos então a um fenômeno denominado “globalização”.

No início dos tempos havia uma grande preocupação com a insegurança, com os meios de sobrevivência. Contudo, havia a necessidade de projetos voltados para o desenvolvimento de garantias de vida de cada indivíduo. Como afirma a vertente realista das teorias das Relações Internacionais, segundo E. H. Carr², que retoma o que anteriormente foi citado por Hans Morgenthau, que a paz mundial somente seria possível por meio de mecanismos negativos, ou seja, por um mecanismo de equilíbrio de poder. Essa noção já viria da época a que Hobbes se referia em “*Leviatã*”, a medida em que um indivíduo se torna mais forte causa insegurança em outros indivíduos que irão procurar meios de se fortalecerem afim de atingirem a um equilíbrio. Contudo, os mecanismos de vida ao qual o “contrato social” de Hobbes tenderia garantir, hoje vão muito além do simples fato da manutenção da paz. Hoje conta-se também o fator da qualidade de vida que inclui, dentre outros, segurança, moradia, educação e saúde.

Neste contexto, o processo de integração regional surge como meio estratégico para o processo de evolução regional. Surge com objetivo de ampliar os mercados

¹ HOBBS, TH. *Leviatã*; trad. João P. Monteiro e M^a B. N. Da Silva. - São Paulo: Abril Cultural, 1983.

² E. H. Carr, *Vinte Anos de Crise, 1919 – 1939*, Uma introdução ao estudo das relações internacionais. Ed. UNB, 1981.

consumidores, aumentar a comercialização entre as nações, favorecer um maior fluxo de bens, serviços e pessoas, diminuir as tensões militares existentes no continente e proporcionar maiores benefícios aos Estados contratantes. Conseqüentemente, a análise e criação de políticas públicas que viabilizem a indústria fazem com que surja um melhoramento na produção interna dos países para que se adéquem à demanda e às exigências do bloco, isso, contudo, causará um impacto na economia do país e seus reflexos atingiram o bem-estar da sociedade.

Não basta apenas a intenção recíproca de um crescimento regional por intermédio de uma unificação, para que a integração surja entre as nações, se faz necessário, previamente, uma análise de mecanismos de solução às possíveis intenções que dificultariam ou impediriam o avanço do processo integracionista. Logo, o continente sul-americano é marcado por sua fragilidade democrática, instituições corruptas e tensões políticas. A importância do presente trabalho se dá devido à necessidade do fortalecimento democrático como mecanismo favorável ao processo de uma integração bem sucedida. O sucesso de uma integração econômica regional é obtido ao passo em que são dados constantes avanços na unificação dos países membros, essa unificação por sua vez tende a uma série de benefícios tais como a preservação ambiental, manutenção da harmonia entre os países, o fortalecimento institucional de cada nação como resultado do aumento gradativo do fluxo de bens e produtos, maior receita para aplicação em infra-estrutura, viabilização de projetos de cooperação para segurança das fronteiras impedindo assim a livre circulação de mercadorias ilícitas e redução do tráfico em diversas ordens.

O trabalho foi feito com base em análise de livros cujos autores são conceituados no âmbito da integração. Foram feitas pesquisas em sítios da internet para dar melhor argumentação, sobretudo, às questões recentes como reuniões de presidentes no processo de integração. Será dado um enfoque aos benefícios gerados por conta de avanços alcançados em processos integracionistas consolidados, uma vez que temos bons exemplos de superação dos problemas até então existentes e tidos como obstáculos para a concretização da integração. Logo após, vê-se a fragilidade democrática do continente como um fator preocupante e causador de tensões que poderão dificultar o avanço do processo de unificação. Com base ao estudo feito, procura-se definir a necessidade de nações democraticamente unidas para um fortalecimento econômico regional que poderá viabilizar cada vez mais a credibilidade

institucional reduzindo a corrupção e favorecendo os meios de cooperação em questões de infra-estrutura, preservação ambiental e inclusão social.

O processo de integração tende cada vez mais a uma interdependência entre os Estados-membros e é tido como o grande facilitador de conflitos. No entanto, a União Européia nos mostrou que com uma coordenação competente, cada país tende a se beneficiar com a integração regional. Neste contexto, a fragilidade democrática no âmbito do continente sul-americano se mostra como vilão ao processo de coordenação da União de Nações Sul-americanas.

CAPÍTULO 1 – O Fenômeno da Integração Econômica Regional.

1.1 Marco Teórico e Definição de Integração Econômica Regional

O autor Bella Balassa, em seu livro “*Teoria da Integração Regional*”, se mostra favorável ao processo de integração econômica regional e destaca a importância de uma coordenação competente para reduzir os obstáculos de algo visto como estratégia para o crescimento econômico e desenvolvimento regional. Neste livro, o autor mostra as diferentes formas de integração e afirma que mesmo na maneira mais simples “*zona preferencial*” os países já passam a se beneficiarem por se tornarem mais unidos, o que favorece a uma harmonia entre eles e a preservação do *status quo*. A exemplo da União Européia, o autor nos mostra os avanços deste processo integracionista e nos mostra os obstáculos superados deixando-os como o exemplo a ser seguido neste novo jogo entre os atores internacionais.

O processo de integração econômica regional se caracteriza pela criação de um mercado formado entre dois ou mais países com a intenção de constituir, a partir de uma progressiva eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias facilidades para uma maximização do fluxo de bens e serviços e melhoria nos fatores de produção. A criação de instituições supranacionais com vários objetivos, dentre eles, a coordenação e uniformização de políticas macroeconômicas.³

Bela Ballassa defini integração econômica como um processo e uma situação:

*Encarada como processo implica medidas destinadas á abolição de discriminações entre unidades econômicas de diferentes Estados; como situação pode corresponder à ausência de várias formas de discriminação entre economias nacionais.*⁴

È necessário que se tenha uma definição que diferencie integração de cooperação, contudo, sabe-se que um processo facilita a viabilização do outro. O processo de cooperação tende a ações que diminua a discriminação, o processo de integração viabiliza medidas para conduzir à supressão de formas de discriminação. Porém, Balassa afirma ainda que mesmo

³ SILVA, Mozart Foschete da, *Relações econômicas internacionais*. SP – Aduaneiras, 1999, p.131.

⁴ BALASSA, Bela. *Teoria da Integração Econômica*. Coleção “Estudos da Economia Moderna”. 1961.

com definições distintas, cooperação e integração se ajudam de forma mútua mas enquanto um tende a prevalecer o outro, não menos importante, tende a uma diminuição gradativa por conta do avanço do outro.

O processo de integração se deu primeiramente por uma experiência vivida entre os países contratantes do acordo formado entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo, que iniciou-se como uma União Aduaneira e mais tarde como União Econômica, a este processo se deu o nome de BENELUX, que, com o término da segunda guerra mundial, a idéia de uma integração econômica baseada em uma economia supranacional começou a ser vista como um aspecto positivo já que as nações necessitariam reconstruir suas economias e iriam depender cada vez mais de seus vizinhos. Sendo assim essa idéia começou a ganhar força primeiramente na Europa Ocidental.

Ao passo em que a integração econômica tende a uma diminuição das barreiras impostas às negociações internacionais, o fluxo de mercadorias tende ao aumento, gerando ganhos financeiros que posteriormente seriam empregados na reconstrução econômica de cada país membro. Nesse contexto, Cláudio Finkelstein afirma:

*Diante da perspectiva de concorrer com os Estados Unidos, fazer frente ao crescimento da União Soviética e reduzir o risco de os nacionalistas provocarem novos conflitos, os países europeus firmaram uma série de acordos com o objetivo de unir o continente, reestruturar, fortalecer e garantir a competitividade de suas economias.*⁵

Essa experiência européia foi tão bem sucedida em seus objetivos que posteriormente passou a ser estendida a outros continentes que passaram a desenvolver outras formas de processos integracionistas, culminando aos processos hoje existentes.

*Durante a década de 50, essas premissas influenciaram a política de integração. Foram implantados blocos econômicos como, em 1951, a Comunidade Européia do Carvão e do Aço – CECA, que propiciou a instituição em 1957 da Comunidade Econômica Européia – CEE (Mercado Comum Europeu), a qual, a partir de 1992, tornou-se União Européia – UE. Desde os anos 60 do século passado, o mundo assiste a proliferação de blocos econômicos integracionistas.*⁶

⁵ FINKELSTEIN, Cláudio. *O Processo de Formação de Mercados de Bloco*. Ed. Thomson, 2003.

⁶ *Idem*.

A expansão comercial, viabilizado pela firma individual, a qual cada uma tende a especializar-se em termos de tecnologia e de mão-de-obra para atender às novas exigências da demanda e compatibilidade de exigências,⁷ tende a fazer com que a procura dos diversos setores da cadeia produtiva de um país se fortifiquem a fim de propiciar uma aproximação dos países comerciantes por meio da redução gradual de tarifas, estabelecer medidas comuns aos países membros e melhorar as economias domésticas e a qualidade de vida da população.

O impacto gerado pela dinâmica das empresas exportadoras à economia em escala global, no que diz respeito às melhorias do setor produtivo, às relações existentes dentro das firmas, à eficiência do uso dos recursos nacionais e importados assim como a especialização do profissionalismo, a troca e busca de novas tecnologias, tende cada vez mais à melhoria dos aspectos econômicos fomentando o processo de produção sustentável e proporcionando, todavia, uma melhoria no quadro econômico interno da nação. Estes são aspectos que denotam a importância da integração regional para os países nos vários continentes do mundo.

De fato, nota-se uma escala fortemente crescente na quantidade de produtos negociados intra-blocos, conseqüentemente, nota-se, cada vez mais, um melhor desempenho e aprimoramento das indústrias com o objetivo de torná-las cada vez mais competitivas.⁸

Os acordos regionais tem surgido de forma constante e para demonstrar que a integração através de acordos regionais de comércio efetivamente é uma tendência generalizada, todos os 153 membros da OMC⁹ são parte de um ou mais acordos de integração regional. Estados não-filiados à OMC também participam de acordos de integração regional muitas vezes como Estados filiados à mesma.

O panorama internacional ao final da década de 90 apresenta um caráter paradoxal. Por um lado predomina a sensação de estarmos vivendo uma profunda desordem econômica internacional (...) por outro lado, uma característica marcante do atual sistema internacional é a formação de blocos de integração regional. A integração regional se apresenta como uma tendência contrária à desregulamentação e à fragmentação: ela leva não só a um maior ordenamento e a uma institucionalização crescente das relações econômicas internacionais como

⁷ VICENTE MOREIRA, Sérvulo. *O Comércio no Ambito do Mercosul*. IN: Universitas Relações Internacionais, Brasília, v.5, n. ½, p. 53, jan/ dez. 2007.

⁸ BRUM, Argemiro Luís. *A Economia Internacional na Entrada do Século XXI, Transformações Irresistíveis*. Rio Grande do Sul, 2002.

⁹ Dados e números disponibilizados pelo site da OMC; "Agreements notified under GATT Article XXIV". Disponível no site <http://www.wto.org/develop/webrtas.htm>.

*também, em alguns casos, a um processo gradual de integração e cooperação política.*¹⁰

Balassa em seu livro mostra que existem várias formas que traduzem diferentes graus de integração, depende tanto do objetivo da integração quanto da vontade dos países ou necessidade de um aprofundamento das relações entre os membros. Tais formas são: Zonas de Comércio Livre, União Aduaneira, Mercado Comum, União Econômica e Integração Econômica Total.¹¹

O Embaixador Luis A. P. Souto Maior definiu regionalismo como:

*... toda política tendente a formação de laços especiais entre os países de uma determinada área geográfica*¹². (...) *“Porém, a construção de tais vínculos só será politicamente legítima e estável na medida em que se baseie em uma decisão comum livremente consentida. Tal decisão subentende a percepção coletiva de uma coerência básica de interesses e objetivos que tenderiam a ser favorecidos pela atuação coordenada dos participantes.*¹³

No âmbito da integração, cada Estado-membro buscará os objetivos de acordo com seus interesses, cada membro estabelecerá seus interesses e dentro do processo integracionista assim como as perspectivas demonstradas pelo Chile se referindo à UNASUL de que nessa integração seus principais interesses são em questões energética, infra-estrutura e em políticas para uma maior inclusão social. Com isso, se faz presente a necessidade de uma coordenação eficaz para mesclar o alcance das perspectivas propostas por cada nação gerando avanços no processo integracionista, mesmo que esta seja fruto de um movimento integralizador de “regionalismo aberto”.

É denominado ainda como movimento integralizador de “*regionalismo aberto*” por não se trata de um empreendimento estático; aberto, pois novos integrantes poderão ser adicionados àqueles já existentes. É o caso do MERCOSUL que pensa agora na entrada da Venezuela. Esta abertura, todavia, está condicionada ao cumprimento de pré-requisitos, seja

¹⁰ Mello, Valérie de Campos, *Globalização, regionalismo e ordem internacional. Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, ano 42, n. 1, p. 157, 1999.

¹¹ BALASSA, Bela. *Opcit.*

¹² Ele ainda ressalta que a geografia não é fator imprescindível para a integração, como bem pode demonstrar o sucesso do Tratado de Livre Comércio Israel-EUA, que deriva de uma aliança entre os membros. Essa é uma característica de um regionalismo aberto.

¹³ Souto Maior, Luis A. P. *Repensando o regionalismo. Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 39, n. 2, p. 109, 1996.

de natureza geográfica (localização) ou cultural, seja de estrutura macro ou microeconômica, ou a fatores de convergência determinada pelos próprios blocos comerciais. Regionalismo, em sua definição semântica, como ocorrido na maior parte dos casos, justifica-se por situações de proximidade geográfica, pois, nesta concepção, o termo regionalismo não deve ser confundido com integração.¹⁴

Independente do modelo de União a que se trata, é certo que sempre vai existir a necessidade da preocupação em viabilizar esforços de colaboração ou de União dos Estados soberanos para que os mercados de bloco decidam politicamente se unir para a consecução de um esforço conjunto, com a finalidade de alcançar resultados benéficos para os membros que por força de um contrato se obrigaram a colaborar entre si, independente da área seja ela política, econômica, financeira, social, cultural, dentre outras, tudo sob a tutela do interesse buscado por cada nação soberana.

1.2 Objetivos da Integração Econômica Regional.

A Teoria da Integração Econômica utilizada como referencial teórico, afirma que o processo de integração tem como objetivo a elevação do bem-estar das populações integradas. Este processo é marcado por suas etapas evolucionistas, que passa desde uma simples integração política, econômica e até a integração social, como pode ser observado no caso da União Européia.

As várias etapas de uma integração econômica possuem objetivos e razões que vão além de objetivos econômicos, políticos ou estratégicos. Contudo, os objetivos devem ser entendidos fundamentalmente sobre o anseio de buscar melhorias em termos de bem estar social por intermédio de um crescimento econômico.

Neste contexto podemos destacar ao menos três motivos que motivam um Estado a participar de um processo integracionista: uma ampliação de mercados e a obtenção de ganhos comerciais resultantes da racionalização e de um aperfeiçoamento das estruturas de

¹⁴ Idem.

produção, o favorecimento de uma maior especialização tecnológica das indústrias da região e um aumento da coesão política benéfica para a diminuição de tensões militares da região.

O processo de integração, desde a sua mais simples forma, zona de preferência, pressupõe um mínimo de coesão política entre os Estados. Esta coesão facilita a um aprofundamento de relações diplomáticas e comerciais, favorece a manutenção de possíveis tensões políticas entre os Estados. A coesão política também favorece a um crescente grau de consciência coletiva com o objetivo específico de reduzir, de forma gradativa, as disparidades econômicas, sociais e culturais que afetam os Estados de um determinado continente.

Outros aspectos de grande importância no que se refere aos objetivos do processo integracionista é que a integração pode possibilitar um crescimento econômico a ponto de igualar vantagens entre principais parceiros comerciais, elevar a econômica de um país possibilitando-o a fazer frente à parcerias tradicionais e industrialmente mais poderosas e favorecer a cooperação multilateral para solução de questões de interesse dos membros.

1.3 Etapas do processo da Integração Econômica Regional

O processo do regionalismo é em sua essência uma forma de integração econômica de nações, mas, como temos visto, ele pode facilmente atingir outros aspectos ou áreas e funcionar como um caminho mais curto para a liberalização comercial e integração em âmbito global. A integração regional pode ser representada ou pode se materializar sob diversas formas, dependendo do interesse e a intensidade do ímpeto integracionistas, das matérias a serem tratadas nos acordos a serem firmados pelos Estados membros, acordos necessários à definição do escopo e amplitude da integração desejada.

Com relação as formas que traduzem os diferentes graus do processo de integração, Balassa afirma que:

Numa zona de comércio livre os direitos (e as restrições quantitativas) entre os países participantes são abolidos, mas cada país mantém as suas pautas próprias

*em relação aos países não membros. O estabelecimento de uma União Aduaneira implica, além da supressão das discriminações no que se refere aos movimentos de mercadorias no interior da União, à igualização dos direitos em relação ao comércio com países não membros. Num mercado comum atinge-se uma forma mais elevada de integração econômica, em que são abolidas não só as restrições comerciais, mas também as restrições aos movimentos de fatores produtivos. Uma União Econômica distingue-se de um mercado comum por associar a supressão de restrições aos movimentos de mercadorias e fatores com certo grau de harmonização das políticas econômicas nacionais, de forma a abolir as discriminações resultantes das disparidades existentes entre essas políticas. Finalmente, a integração econômica total pressupõe a unificação das políticas monetárias, fiscais, sociais e anticíclicas, e exige o estabelecimento de uma autoridade supranacional cujas decisões são obrigatórias para os Estados membros.*¹⁵

Não existe uma obrigatoriedade para que se cumpra as mencionadas formas de integração em uma determinada ordem específica, elas não são tidas como etapas a serem cumpridas. Cada grupo de países podem optar por uma forma de integração sem ser necessário antes ter pertencido ou aperfeiçoado outra etapa menos avançada. Os países optam por uma forma ou outra de acordo com seus interesses e evoluem de acordo com as necessidades ou o cumprimento de requisitos pré-estabelecidos.

O processo de uma integração profunda inclui os mais altos níveis para uma integração completa. É o que busca hoje a União Européia. Seus projetos como moeda única, banco central único e um parlamento com representantes de todos os países membros, ainda não são suficientes para que se de por completo a integração regional. Ao passo que outro processo de integração não pretende ou não demonstra anseios de aprofundamento e sim de uma integração superficial, como é o caso do bloco econômico NAFTA.¹⁶

Também não existe um órgão internacional com a finalidade de fiscalizar ou autorizar a criação e o funcionamento dos mercados de bloco. Cabe aos membros definirem data e forma para a entrada em vigor do acordo, em sua forma plena ou de maneira parcial e evolução gradativa para atender a pauta comercial existente.

¹⁵ BALASSA, Bela. *Opcit* PP 10 – 13.

¹⁶ O Tratado Norte Americano de Livre Comércio (*North American Free Trade Agreement*) ou NAFTA tem como membros Canadá, México, EUA e ainda o Chile como membro associado, tem como objetivo o custo reduzido para a troca de mercadorias entre os membros e entrou em vigor em 1º de janeiro de 1994.

Como forma de conhecer e divulgar a existência ou transformação dos acordos de integração regional, existe, junto a Organização Mundial do Comércio (OMC) um órgão de registros e análises de todos os acordos de integração regional dos quais os membros da OMC participam.

1.4 A Viabilidade da Integração Continental

Eduardo Biacchi Gomes defende em seu livro que a única forma de se obter melhor posição em uma economia globalizada seria mediante um fortalecimento regional promovido por um processo de integração continental dos Estados periféricos diante do histórico de dominação econômica dos países centrais. Neste contexto ele afirma que:

*... defende-se a tese de que os países periféricos devem unir esforços para os desafios da sociedade internacional, com o que terão melhores condições de obter êxito no processo de integração continental ora em andamento.*¹⁷

Com o surgimento de problemas inerentes à globalização, faz-se necessário, sobretudo às economias em vias de desenvolvimento, a elaboração de estratégias com a finalidade de proteger a economia interna e tornar independente cada vez mais a nação subdesenvolvida das nações desenvolvidas tornando-se assim potenciais mercados capazes de se manterem de forma cada vez mais autônoma.

Eduardo Biacchi destaca que desde o final da década de noventa a sociedade internacional vem passando por profundas transformações e que automaticamente tenderá a uma gradativa aproximação dos povos e dos mercados¹⁸. Neste aspecto, os países industrialmente desenvolvidos tendem a se fortalecerem mais ainda enquanto as nações menos industrializadas permaneceram de forma dependente das economias mais bem sucedidas. Neste contexto, surge então a idéia de que o processo de formação de blocos é uma tendência generalizada.

¹⁷ GOMES, Eduardo Biacchi, *A Globalização Econômica e a Integração no Continente Americano*. Desafios para o Estado brasileiro. Relações Internacionais e Globalização, coleção 2. Ed. Unijuí, 2004.

¹⁸ Idem.

Logo, o processo de integração, desde seu surgimento, ¹⁹ já era visto como uma tendência generalizada, principalmente pelas grandes nações como estratégia de desenvolvimento regional e local. Como ressalta Celso Lafer:

Em matéria de comércio internacional, assistiu-se a evolução de dois processos paralelos que obedecem a lógicas distintas: de um lado, a crescente importância do sistema multilateral do comércio e, de outro, a proliferação de acordos regionais que tomam a forma de acordos de livre comércio ou de uniões aduaneiras e que incluem, por vezes, a coordenação de políticas macroeconômicas como expressão de uma deep integration, (integração profunda) que se contrapõe ao conceito de shallow integration (integração superficial), a integração estudada é a real, que busca na eliminação de barreiras a efetiva inclusão de parcela substancial do comércio na pauta das negociações. É esta a forma de integração que interessa ao cenário internacional globalizador contemporâneo, e sobre tudo, na América Latina. ²⁰

A este respeito, se faz necessário saber, como afirma Biacchi, que:

... no que se refere às questões da integração econômica, aquelas nações que estiverem mais bem preparadas irão alcançar maior desenvolvimento econômico, pois em economias integradas cresce o fluxo das trocas comerciais, cabendo aos países obter vantagens nas negociações internacionais.

¹⁹ Com a criação do BENELUX, ao final da segunda guerra mundial.

²⁰ A OMC e a regulamentação do comércio internacional: uma visão brasileira. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. p. 48.

CAPÍTULO 2 – Integração Econômica Regional, Globalização.

2.1 Benefícios de uma Integração Econômica Regional

O constante surgimento de blocos econômicos regionais, estabelece uma nova ordem econômica mundial que centra-se nas relações entre grandes blocos regionais os quais privilegiam as relações econômicas entre os respectivos Estados-Membros. As conseqüentes preocupações originárias do avanço da globalização tornam o processo de integração um fator estratégico para a diminuição da dependência de países em vias de desenvolvimento com os países desenvolvidos. Este processo também favorece a implementação de mecanismo facilitador da criação de cooperação multilateral para preservação do *estatus-quo* e viabilização de projetos internacionais para preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Mesmo com um avanço demasiadamente lento do processo integracionista, muitos benefícios são alcançados, como mostra um trecho de um arquivo extraído da internet a respeito da União Européia, que aponta “os benefícios dos cinco anos do alargamento da União Européia”:²¹

Os recentes alargamentos da União Europeia constituíram um marco importante no processo de unificação da Europa e trouxeram benefícios aos cidadãos em toda a União. No plano económico, o alargamento teve um impacto positivo no nível de vida nos novos Estados-Membros, criando ao mesmo tempo oportunidades de exportação e investimento para os antigos. Ajudou igualmente a consolidar a democracia e a reforçar a estabilidade e a segurança no nosso continente. Uma UE alargada tem mais peso quando toma posição sobre questões de importância global, como as alterações climáticas ou a economia mundial e da sua governação. Passados cinco anos, a UE é não só maior, mas também mais forte, mais dinâmica e culturalmente mais rica. No difícil contexto global atual, o grande desafio é resistir às tentações do protecionismo, que destruiriam os enormes benefícios que trouxe aos cidadãos a criação de um mercado único sem fronteiras de 500 milhões de pessoas.”

²¹ Five years of na enlarged UE. Disponível em: http://ec.europa.eu/economy_finance/thematic_articles/article13913_en.htm. Acessado em 20 de Fevereiro de 2009.

A entrada de novos membros na União Européia ²² foi um passo importante no processo integracionista porque deu fim à divisão da Europa e ajudou a consolidar a democracia. Trouxe benefícios econômicos a todos os países membros como incentivo à competitividade, maior crescimento econômico, aumento no número de empregos e maior valorização de soluções às questões climáticas no parlamento europeu.

Olli Rehn, comissário responsável pela entrada de novos membros na UE afirmou que esta ampliação

Constituiu uma âncora para a estabilidade e um motor para a democracia e o Estado de Direito na Europa. No plano econômico, trouxe benefícios aos novos e aos antigos Estados-Membros e à UE no seu conjunto. Ampliou a zona de paz e de prosperidade a quase 500 milhões de pessoas e reforçou a nossa posição no concerto mundial. ²³

No âmbito do Mercosul, o Tratado de Assunção ²⁴ proporcionou-lhe personalidade jurídica dando a ele maior poder e voz no cenário internacional. Esta conquista foi de grande importância ao bloco econômico que teria então maior atuação e maior relevância, exemplo do processo de evolução do bloco econômico. Contudo, um processo de integração com maior abrangência no continente sul-americano poderia proporcionar maiores benefícios à região, a exemplo da UE, como afirma Olli Rehn:

... uma UE alargada e unida estará em melhor posição para fazer face aos problemas e a outros desafios do que os Estados-Membros se atuarem de forma individual.

Ainda sobre o MERCOSUL, segue alguns dados comprobatórios do processo evolucionista do bloco: no período que compreende os anos de 2002 até 2007, a corrente de comércio entre o Brasil e os países do Mercosul apresentou forte crescimento passando de US\$ 8,9 bilhões, em 2002 para cerca de US\$ 28,9 bilhões em 2007. Caso se inclua no cálculo

²² Chipre, República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Eslováquia e Eslovénia.

²³ Five years of an enlarged UE. Disponível em: <http://ec.europa.eu/enlargement/5years>. Acessado 02 de maio de 2009

²⁴ Como mostra o Artigo 24 do Tratado de Assunção: “Com o objetivo de facilitar a implementação do Mercado Comum, estabelecer-se-á Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL. Os Poderes Executivos dos Estados Partes manterão seus respectivos Poderes Legislativos informados sobre a evolução do Mercado Comum, objeto do presente Tratado.”

o comércio Brasil-Venezuela, que em 2007 alcançou US\$ 5,07 bilhões, os valores do comércio total do Brasil com o Mercosul alcançariam a cifra de US\$ 33,97 bilhões, em 2007.

Nesse período, o fluxo entre Brasil e Argentina aumentou quase 354%, passando de uma cifra de US\$ 7 bilhões para aproximadamente US\$ 25 bilhões. No que se refere ao intercâmbio com o Uruguai e o Paraguai, observa-se um crescimento respectivo de 230% e 220% durante o mesmo período. Com o Uruguai, a corrente de comércio passou de US\$ 897 milhões para US\$ 2,07 bilhões; com o Paraguai, de US\$ 942 milhões para 2,08 bilhões.

O comércio intra-zona tem participação significativa sobre o comércio total geral do Brasil: segundo dados de 2007 ao qual representa 10,8% das exportações e 9,64% das importações nacionais, excluído o comércio com a Venezuela. Para efeitos de comparação como país individual, somente os Estados Unidos têm participação maior tanto nas exportações (15,6%) quanto nas importações (15,52%). A participação da China no comércio total do Brasil supera a do Mercosul apenas nas importações (10,4%).

No comércio com os sócios fundadores do Mercosul, não somente o Brasil como todos os membros do bloco têm obtido superávits crescentes. Em 2002, o intercâmbio comercial brasileiro registrou déficit de 2,2 bilhões de dólares. Em 2007, o saldo positivo brasileiro chegou a mais de 5 bilhões de dólares.

A América do Sul sofre de grandes problemas, dentre eles, a grande concentração da produção mundial de entorpecentes tornando o continente sul-americano como o maior exportador de drogas e afins no mundo. Logo, um processo integracionista de maior abrangência também estará em melhor posição para fazer face a este e outros problemas do que os Estados-membros se atuarem de forma individual. Esta questão da produção de drogas é um dos desafios que uma ampliação mais abrangente terá que enfrentar e este será um dos grandes benefícios do processo integracionista da região.

Uma questão benéfica que se mostra de forma clara, é a redução de tensões militares entre os países signatários de um processo integracionista, a exemplo: A Europa, cenário de várias guerras e também palco da primeira e segunda guerra mundial, tem hoje, por intermédio da UE, meios diplomáticos para a resolução de controvérsias, tornando o ambiente harmônico e pacífico.

A surgimento de blocos econômicos, desde a sua mais simples forma, tende sempre a uma União benéfica entre os Estados-membros, seja ela uma ampliação de mercados com vias a diminuição de barreias à livre circulação de produtos ou seja ela uma União Econômica Total com moeda e parlamento único e até mesmo exércitos unificados com viés de maior proteção e harmonização dentro do bloco.

2.2 A evolução do processo integracionista no continente europeu

A União Européia é hoje a maior zona econômica integrada do mundo, ela representa mais de trinta por cento do PIB mundial e detém cerca de dezessete por cento do comércio mundial. Esses aspectos colocam a UE em posição de destaque como agente decisivo em um mundo globalizado e por ter mais força possibilita a tomada de decisões capazes de influenciar a globalização a favor dos cidadãos.

A UE foi criada com o objetivo de por fim às freqüentes guerras entre os países vizinhos. Após a Segunda Guerra Mundial, as nações da Europa Ocidental criaram o Conselho da Europa, em 1949. Tratava-se de um primeiro passo para uma cooperação que seis desses países ²⁵ desejavam aprofundar. Em 1950, Inspirando-se no Plano Schuman ²⁶ estes mesmos países assinaram um tratado que visaria colocar as suas indústrias pesadas do carvão e do aço sob uma autoridade comum dando origem a Comunidade Européia do Carvão e do Aço ²⁷ - CECA. Começa a surgir uma união econômica e política entre os países europeus tendo em vista assegurar uma paz duradoura. Devido ao êxito do tratado sobre o carvão e o aço, os seis países optaram por alargar sua cooperação a outros setores da economia. Assinaram o Tratado de Roma que criaria a Comunidade Econômica Européia – CEE, ou “mercado comum”, cujo objetivo era facilitar a livre circulação das pessoas, das mercadorias e dos serviços entre os Estados-Membros.

²⁵ Alemanha, Bélgica, Itália, França, Países Baixos e Luxemburgo.

²⁶ 9 de maio de 1950 – Robert Schuman, ministro francês dos Negócios Estrangeiros, apresenta o seu plano para uma cooperação aprofundada. O dia 9 de maio passou a ser o “Dia da Europa”.

²⁷ O maior objetivo da CECA era fazer com que a partir daquele momento nenhum dos países poderiam fabricar armas de guerra para as dirigir contra os outros.

Os anos posteriores seriam marcados por um crescimento econômico na Europa. Em 30 de julho de 1962 houve o lançamento da Política Agrícola Comum – PAC, que conferia aos Estados-Membros um controle da produção de alimentos com preços uniformizados que proporcionaria rendimentos adequados aos agricultores.

O primeiro alargamento da UE se deu em 1 de janeiro de 1973 com a entrada da Dinamarca, Irlanda e o Reino Unido, elevando assim o número dos Estados-Membros para nove. Em seguida, com a queda do regime de Salazar em Portugal ²⁸ no ano de 1974 e com a morte do General Franco ²⁹ em Espanha, no ano de 1975, põe fim às últimas ditaduras de direita na Europa. No contexto da política regional da União Européia começaram a ser elencadas verbas para fomentar a criação de empregos e para a viabilização de projetos de infra-estrutura nas regiões mais carentes. No ano de 1979 os cidadãos dos países membros passam pela primeira vez a poder eleger seus representantes. Com a entrada da Grécia, em 1981, e posteriormente Portugal e Espanha, cinco anos mais tarde, é assinado o Ato Único Europeu, um tratado que prevê um programa para seis anos com o objetivo de eliminar os entraves que dificultariam o livre fluxo de comércio dentro da UE. A criação deste ato deu origem a um “Mercado Único Europeu”. Na data de nove de novembro de 1989, a fronteira entre a Alemanha do Leste e a Alemanha Ocidental é aberta, com a queda do Muro de Berlim, e as duas Alemanhas formariam a partir de então uma única nação, dando cabo ao comunismo na Europa Central e Oriental.

No ano de 1993, assiste-se a um estreitamento das relações entre os europeus. Nesta mesma data é concluído o Mercado Único com todos os seus objetivos: livre circulação de mercadorias, de serviços, de pessoas e de capitais. Na década de noventa, há uma grande preocupação com a proteção do ambiente e com os meios de colaboração entre os europeus nas questões de defesa e segurança, então foram criados mais dois Tratados, o Tratado da União Européia ou Tratado de Maastricht ³⁰ e o Tratado de Amsterdã. ³¹

²⁸ Período conhecido como “Regime Salazarista” no qual Portugal foi governado por Salazar de 1933 a 1968. O poder Legislativo, Executivo e Judiciário eram concentrados no chefe de governo e permaneceu por 41 anos.

²⁹ General Franco, militar e ditador da Espanha entre o período de 1939 e 1975.

³⁰ O Tratado de Maastricht, conhecido também como Tratado da União Européia foi assinado em 7 de fevereiro de 1992 na Holanda e foi um marco significativo no processo de unificação da Europa porque este tratado possibilitou a uma unificação política e também substituiu o nome Comunidade Européia para a atual União Européia.

³¹ O Tratado de Amsterdã, assinado em outubro de 1997 e em vigor desde maio de 1999, consolida os avanços obtidos no Tratado de Maastricht e consolida a política ambiental comunitária. Além disso, este tratado também dá uma atenção especial às questões de emprego, direitos fundamentais no âmbito da UE, saúde e imigração.

No ano de 1995 a União Européia aderiu mais três países ampliando o número de seus Estados-Membros. A Áustria, Finlândia e a Suécia. Nesta mesma data surgem os acordos de “Schengen” que possibilitaria de forma gradual permitir às pessoas viajar sem que seus passaportes fossem objetos de controle nas fronteiras.

A década seguinte traria uma das maiores conquistas deste processo de integração regional. O euro é a nova moeda de muitos europeus.³² As notas são as mesmas em quase todos os países do bloco, esta introdução de moedas e notas em euros traz maiores facilidade e possibilita agora efetuar o pagamento de um “bilhete de metro em Madrid” com um euro finlandês.

Com os aviões desviados para embaterem em edifícios na cidade de Nova Iorque e Washington nos Estados Unidos, começa a chamada “Guerra contra o Terrorismo” ao qual os Estados-Membros da União Européia começam a trabalhar cada vez mais em conjunto para combaterem a crescente onda de terrorismo e a criminalidade. Neste contexto, as divisões políticas entre a Europa Ocidental e a Europa Oriental são finalmente declaradas sanadas quando há a maior ampliação do bloco com a entrada de mais dez novos países no ano de 2004.³³

Na data de vinte e nove de outubro de 2004 os vinte e cinco Estados-Membros assinam um Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa com objetivos de fortalecer a democracia. Este Tratado também prevê que a criação do cargo de ministro europeu dos Negócios Estrangeiros somente poderá entrar em vigor se for ratificado pelos vinte e cinco membros do bloco.

Com todos estes obstáculos superados e um bloco ainda em vias de aprimoramento e ampliação, este bloco econômico é hoje o principal exemplo de integração regional e seus avanços são contínuos. Isto o torna referencia para novas intenções integracionistas. Nesse contexto, a UNASUL surge como um processo integracionista formulado aos moldes da União Européia. Questões econômicas ou tensões políticas, assim como questões sobre proteção do meio ambiente ganham mais força no cenário internacional

³² O euro foi introduzido na data de 1 de janeiro de 2002 e somente a Inglaterra ainda não a aderiu como moeda nacional.

³³ Os novos integrantes são: Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa.

quando um bloco como a União Européia se mostra favorável como, por exemplo, a entrada em vigor na data de fevereiro de 2005 do Protocolo de Quioto.³⁴

2.3 A Globalização como mecanismo acelerador da formação de blocos econômicos.

A globalização que, analisado pelo lado econômico-financeiro, teve seu início na década de oitenta com a integração a nível mundial das relações econômicas e financeiras, tem como pólo dominante os Estados Unidos. Logo, analisando o fenômeno da globalização podemos destacar um lado positivo como: o intercambio cultural e comercial entre nações, um maior fluxo de mercadorias e pessoas, importante para todos os povos. Mas também tem o lado negativo: a globalização é crescente e isso torna os povos cada vez mais interdependentes, porém os países desenvolvidos são os maiores beneficiados por terem indústrias mais sólidas e economias fortificadas ficando cada vez mais ricos, enquanto os países em desenvolvimento tendem a ficar cada vez mais dependentes. No ponto de vista do aspecto negativo da globalização, algumas medidas são tomadas e, estrategicamente, a formação de blocos econômicos regionais tem o intuito de fortificar cada vez mais a economia dos países membros, tornando-os menos dependentes das grandes nações e voltando grande parte de seus mercados para dentro do bloco a que pertencem.

Não obstante, a globalização, como resultado do crescente movimento integracionista e liberalizador do comércio internacional, não é originário e nem recente. François-René de Chateaubriand, escritor e diplomata francês, já havia escrito em 1840 que:

“Quando o telégrafo e as ferrovias fizerem as distâncias desaparecer, não serão somente as commodities que viajarão, mas também as idéias que terão asas. Quando as barreiras comerciais entre diferentes países forem abolidas, assim como já foram entre as diferentes províncias deste Estado, quando diferentes países em

³⁴ Protocolo de Quioto, tratado internacional que visa limitar o aquecimento global e reduzir as emissões de gases com efeitos de estufa. A UE constitui um exemplo na luta contra as alterações climáticas. Os Estados Unidos não ratificaram o Protocolo.

suas relações corriqueiras direcionarem seus esforços em prol da unidade dos povos, como será possível reviver o velho modelo separatista?”³⁵

A busca pelo desenvolvimento econômico por uma nação se torna de grande importância quando em meio às grandes crises econômicas internacionais os países afetados procuram meios para que não ocorra uma diminuição na pauta de produtos comercializados, sobretudo, em contratos bilaterais. Como forma de manter as negociações em alta, os blocos econômicos se tornam cobiçados por se tratar, em sua maioria, de contratos com a finalidade da livre comercialização de produtos.

Por fim, todos estes mecanismos de união, que facilitam meios de cooperação, ganham forças ao passo em que a globalização e seus problemas se tornam realidades para um maior número de pessoas e países.

Em meio a uma economia mundial cada vez mais globalizada, os países em desenvolvimento têm grandes dificuldades para se inserirem de forma competitiva no comércio internacional. Nesse contexto, se torna compreensível que, apesar de bem mais novo, o Mercosul esteja sendo relativamente mais bem sucedido. As duas maiores e mais industrializadas economias da América Latina: o Brasil e a Argentina se encontram como economias de destaque do continente e do bloco econômico. É em torno desses dois países que vão orbitar as outras economias menores como o Paraguai e o Uruguai, e possivelmente o Chile, Bolívia e Venezuela que já estão em negociações para a ampliação do Mercado Comum do Sul.

³⁵ ROTHCHILD, Emma. Globalization and the return of history. *Foreign Policy*, p. 106, Summer 1999: “When, together with telegraphy and railways, it Will have made distances disappear, it Will not only be commodities which travel, but also ideas which Will have wings. When fiscal and commercial barriers will have been abolished between different states, as they have already been between the provinces of the same state; when different countries, in daily relations, tend towards the unity of peoples, how will you be able to revive the old mode of separation?”

CAPÍTULO 3 – Integração Regional na América do Sul e o Surgimento da União de Nações Sul-americanas – UNASUL.

3.1 Integração Regional na América do Sul

A tentativa de integração na América Latina é antiga. Os primeiros passos da integração ocorreram em 1960, sob a influência do surgimento da Comunidade Econômica Européia – CEE, por intermédio do Tratado de Montevidéu foi criada a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC, seu objetivo era, a partir de uma zona de livre comércio, implantar em um prazo de doze anos um mercado comum com o intento de abranger toda a América do Sul. Porém, seus objetivos pretensiosos nunca foram alcançados e a ALALC fracassou. Um dos grandes responsáveis por este fracasso foi os grandes desníveis econômicos que existem ainda hoje entre todos os países do continente, mas também as medidas protecionistas implantadas pelos regimes militares autoritários que predominavam na região durante as décadas de 60 e 80. Nesta época, o comércio exterior era, quase em sua totalidade, extra regional.

A integração na América Latina seria inevitável, sobretudo, depois de exemplos como a União Européia. Então, o desejo permaneceu e em 1980, com o fracasso da ALALC, os países da região negociaram um novo Tratado de Montevidéu, oportunamente foi criada a Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração – ALADI. Com sua sede na cidade de Montevidéu, Uruguai, foram traçados objetivos integracionistas bem menos pretensiosos: a não fixação de prazos rígidos para a criação de uma zona de livre comércio, a aceitação de acordos bilaterais entre países membros, dentre outros fatores. Contudo, este processo surgiu em meio a uma conjuntura bastante desfavorável. No início da década de 80, que ficou conhecida como a “década perdida”, a América Latina se encontrava em meio a uma grave crise econômica devido aos problemas da dívida externa, isso levou os países a adotarem medidas protecionistas para garantir saldos positivos em seu comércio exterior e pagamento dos encargos da dívida. Novamente, a integração regional ficou prejudicada e foi protelada.

Contudo, houve ainda outras tentativas integracionistas no continente, de forma mais restrita regionalmente do que a ALALC E ALADI. Em 1960 foi criado o Mercado

Comum Centro-Americano – MCCA que era composto por Costa Rica, El Salvador, Nicarágua, Honduras e Guatemala. Em 1966, surgiu o Pacto Andino, com sede em Lima, Peru, que além desse país, também fazem parte dessa entidade a Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela e o Chile, que após um determinado período, deixou o bloco e fixou um acordo de livre comércio com o Mercosul, em 1996.

Tanto no âmbito subcontinental como em escala mais localizada, todas essas organizações buscavam implantar uma zona de livre comércio entre seus membros a fim de aprofundar a integração econômica. No entanto, nenhuma delas obteve sucesso porque todas sofrem desde seu nascimento dos males provenientes do subdesenvolvimento, como afirma a pesquisadora Heloísa Vilhena de Araújo:

*(...) A dependência econômica e tecnológica, um mercado interno reduzido em consequência da forte concentração da renda, baixos níveis de industrialização, predominância de produtos primários na pauta de exportação e grandes desníveis sociais e regionais.*³⁶

Não basta apenas o desejo mútuo de integração regional sem que sejam resolvidos os problemas e tensões existentes que poderiam dificultar o processo de integração. A América latina, com seus exemplos de fracassos de processo de integração, primeiro com a ALALC e vinte anos mais tarde, com a ALADI, tiveram um início ambicioso e, no entanto não observaram os possíveis obstáculos antes mesmo de ter dado início ao processo de integração.

Alguns estudiosos acreditam que esta segunda experiência do processo de integração regional no continente sul-americano teve o mesmo fracasso do primeiro, contudo, outros afirmam não ser verdade porque alguns avanços foram alcançados. A ALADI buscava fomentar a integração entre os membros, seja de forma multilateral (todos os membros), seja de forma bilateral, que foi a que mais avançou. A ALADI foi capaz de mostrar novos rumos para uma integração mais bem sucedida. Existem outros pesquisadores que afirmam que tanto a ALADI quanto ALALC foram de grande importância por pavimentarem o caminho para a criação do MERCOSUL e Comunidade Andina de Nações à medida que lançaram bases para a integração na América Latina.

³⁶ Araújo, Heloisa Vilhena, *Os Países da Comunidade Andina 2*, Seminários IPRI – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Seminário realizado em Brasília no dia 27 de novembro de 2003.

As boas perspectivas deixadas pelas tentativas de integração no continente foram capazes de reforçar a idéia do processo quando em 1988 Brasil e Argentina negociaram seu Protocolo de Integração Comercial, que, posteriormente, foi ampliado e deu origem ao Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.³⁷

A União das Nações da América do Sul – UNASUL, como um processo mais amplo de integração regional na América do Sul, pode proporcionar facilidades para a criação de mecanismos e implementação de iniciativas de políticas externas para o desenvolvimento sustentável, controle do narcotráfico, manutenção das florestas, preservação da biodiversidade e recursos naturais existentes no continente sul-americano, questões de proteção aos direitos humanos e projetos que visam à diminuição das disparidades existentes entre as economias presentes na região, assim como viabilizar meios para amenizar os efeitos de crises políticas, o controle de tensões militares tal como a afirmação da posição de liderança do Brasil no cone Sul.

Este processo de integração surge com a intenção de unificar a América do Sul como um bloco econômico que tende a seguir o mesmo modelo da União Européia – UE. No entanto, o continente sul-americano precisa observar com cautela alguns problemas que irão dificultar o processo de integração entre as nações do continente. Assim como a própria União Européia fez diante a enorme diferença existente entre as várias economias locais. O NAFTA, mesmo sendo uma integração regional superficial, também passou e está passando por um processo lento de superação de diferenças entres seus membros.

3.2 União de Nações Sul-americanas – UNASUL

*Presidentes e representantes dos 12 países da América do Sul assinaram em Brasília, nesta sexta-feira, 23 de maio de 2008, o tratado de criação da União das Nações Sul-americanas, a Unasul.*³⁸

³⁷ VICENTE MOREIRA, Sérvulo. *Opcit.* IN: Universitas Relações Internacionais, Brasília, v.5, n. ½, p. 54, jan/dez. 2007.

³⁸ Marcia Carmo. Entenda o que é a UNASUL. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u404782.shtml>. Acessado em 01 de maio de 2009

A UNASUL – União de Nações Sul-americanas surge com o objetivo de integrar os doze países da América do Sul e aprofundar a união na região abrangendo todo o continente no mesmo bloco econômico.

Devido às suas riquezas naturais, a América do Sul é tida como um continente importante internacionalmente por ser um dos principais centros produtores e exportadores de energia e alimentos do mundo. Se encontra no continente também dois dos maiores produtores de minério do mundo, Chile e Peru.

Com os exemplos de crescimento econômico e social e resolução de conflitos que a União Européia veio mostrando ao longo de sua existência, a iniciativa da criação de um órgão aos moldes da UE para o continente sul-americano foi apresentada, oficialmente, numa reunião regional, em 2004, na cidade de Cuzco, no Peru. A este projeto foi dado o nome de CASA – Comunidade Sul-Americana de Nações, e logo durante a primeira Reunião Energética da América do Sul, realizada na Venezuela, no mesmo ano, este nome foi mudado para UNASUL, ou UNASUR, para os países de língua espanhola, que logo após as acusações de lentidão proferida pelo presidente venezuelano Hugo Chávez, teve uma maior agilidade no processo integracionista.

Ficou acordado entre os representantes dos países-membros que este processo de integração nasceria com alguns objetivos de caráter obrigatório que serão a coordenação política, econômica e social da região.

*Com a Unasul, espera-se avançar na integração física, energética, de telecomunicações e ainda nas áreas de ciência e de educação, além da adoção de mecanismos financeiros conjuntos.*³⁹

No mês de maio de 2008, em uma reunião da cúpula da UNASUL, realizada na cidade de Brasília, a Unasul passou a ter personalidade política própria e, na prática, passará a ser um organismo internacional. Isso quer dizer que ela não se limitará mais a um fórum de debates, mas incluirá a possibilidade de serem adotadas medidas de forma democrática ou

³⁹ Idem

conjuntas. No entanto, para que a UNASUL entre em efetivo funcionamento, será necessário que o texto seja ratificado pelos congressos dos doze países.⁴⁰

Nesta ocasião, também foi discutido a criação de um Conselho de Defesa da América do Sul. Idéia proposta oficialmente pela República Federativa do Brasil, que ganhou apoio, sobre tudo do governo venezuelano, contudo, não houve consenso devido a rejeição por parte da Colômbia. No entanto, devido às crises envolvendo a Venezuela, Colômbia e Equador, após a ação militar colombiana contra as Farc em território equatoriano, esta idéia volta à tona como pauta de uma próxima reunião de cúpula da união. Já foi proposto também, a criação do Parlamento Único da UNASUL, mas ainda não há expectativas de que esta idéia esteja em pauta em reuniões futuras. Outra proposta, porém vista com caráter emergencial, é a que a União de Nações Sul-americanas tenha logo sua secretaria permanente e que provavelmente deverá ser em Quito, no Equador.

Os países do continente sul-americano, segundo dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, somam uma população de 360 milhões de habitantes com um Produto Interno Bruto – PIB, de aproximadamente 2 trilhões e meio de dólares no ano de dois mil e seis. Ainda de acordo com a CEPAL, somente o PIB brasileiro detinha um monte de pouco mais de um trilhão de dólares no mesmo ano. Com estes dados começam as diferenças marcantes do continente sul-americano, outro exemplo seria a população de cada país, somente o Brasil detém cerca de cento e oitenta milhões de habitantes e o Uruguai possui por volta de 3 milhões de pessoas.

No âmbito da UNASUL, em um primeiro momento, os governantes parecem divergir quanto as expectativas sobre os reais resultados deste processo de integração. Como a pronuncia do ministro das Relações Exteriores do Chile, Alejandro Foxley que afirmou que os principais interesses chileno nessa integração estariam voltados para questões de infraestrutura, energia e uma política comum de inclusão social. De um outro lado, o chanceler boliviano, David Choquehuanca, demonstrou a preocupação para que a UNASUL não se limite às questões de ordem comercial mas que trate de uma união capaz de integrar cada vez mais os povos do continente. Contudo, talvez o principal desafio da UNASUL será o da

⁴⁰ Chefes de estado vão à reunião da Unasul em Brasília. Disponível em: <http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=220928&modulo=965>. Acessado em 02 de maio de 2009.

manutenção da democracia no âmbito do continente sul-americano como forma de facilitar os entendimentos por conta dos processos de cooperação tais como integração energética que se mostra em plena controvérsia entre Brasil, Argentina, Bolívia e Chile. Possíveis conflitos gerados por questões democráticas poderão também impedir que o processo integracionista avance e neste caso também dificultaria questões de ordem bilaterais ou trilaterais que também consta na lista de desafios da região

Dentre as dificuldades por conta de conflitos entre nações do continente, se encontra também as disputas de territórios entre Chile e Peru, pendências deixadas desde a época da Guerra do Pacífico, no século dezenove que hoje se encontra no Tribunal Internacional de Haia. A delicada questão da saída ao mar que a Bolívia reivindica do Chile, que ocorreu na mesma guerra do Pacífico.

Outra questão que poderá ser resolvida por meio da UNASUL é a questão do grupo guerrilheiro mais antigo do mundo, as Forças Armadas Revolucionária da Colômbia – FARC que no último ano envolveu diretamente a Venezuela, Equador e Colômbia, em um conflito que trata da soberania dos Estados que ocorreu no ano de dois mil e oito e ainda não teve total esclarecimento e por isso geram ressentimentos por desrespeito à soberania dos países.

Envolvidos em um sistema de presidência rotativa, a Colômbia que assumiria esta função abriu mão do direito cedendo ao Chile.

Na carta de constituição da Unasul, estão previstos órgãos deliberativos como um Conselho de Chefes de Estado e de Governo, Conselho de Ministros de Relações Exteriores e um Conselho de Delegados. As reuniões estão previstas de forma anual para chefe de Estado e Governo e de reuniões semestrais para o Conselho de Ministros de Relações Exteriores.

A UNASUL tem como dois pilares a Comunidade Andina de Nações e o Mercosul. Por isso a importância de que os problemas existentes dentro desses blocos sejam resolvidos. Existe, porém, um comércio muito favorável à ampliação do processo de integração dentro do continente sul-americano. Nas últimas décadas, o comércio bilateral entre o Mercosul e Pacto Andino tem tido um leve aumento de forma constante e importante para uma possível unificação dos dois blocos. Porém este comércio bilateral se mostra ainda

reduzido em comparação com o comércio que os blocos mantêm com blocos de outros continentes ou outros países. Como Afirma o pesquisador Reginaldo Braga Arcuri:

Durante el período 1999 – 2001 las exportaciones del Mercosur a la CAN representaron un 3,97% de sus exportaciones totales. Con relación a sus importaciones, estas alcanzaron un 2,60%. La CAN, por su parte, exportó al Mercosur un 3,83% e importó del Mercosur un 8,23% de sus respectivos totales. ⁴¹

O comércio bilateral crescente entre os blocos favorece a ampliação do processo integracionista no continente, mas ainda existem muitas barreiras a serem superadas para que haja uma ampliação do total de produtos comercializados. Entretanto, *“Para explotar el potencial económico total del continente sudamericano es necesario superar una serie de impedimentos entre los cuales se destacan la necesidad de liberar el comercio en forma ordenada, de mejorar la infraestructura física, y de coordinar las acciones entre las cadenas productivas de manera que la producción y el comercio fluyan de la manera más eficiente, mejorando la competitividad de los productos de la región. Lá conjunción de esfuerzos entre ambos bloques, buscando mejorar la competitividad de Sudamérica generará una mejora em el bienestar económico y social, al poder permitir a la región una mayor participación en la economía mundial.”* ⁴²

Devido ao continente sul-americano ser marcado por sua característica de complexidade e diversidade de sociedades, Celso Lafer ⁴³ ressalta que:

“O fato é que a construção de um ordenamento democrático estável na América do Sul traz como pressuposto a necessidade de encontrar instituições capazes de processar, de forma não disruptiva, a complexidade e diversidade dessas sociedades.”

Neste caso, o desafio será o de encontrar um ponto de equilíbrio dentro das instituições e condições para que em cada país tenha um fortalecimento democrático.

O que Celso Lafer quer dizer é que as recentes democracias sul-americanas *“enfrentam um dilema institucional”* que pode ser claramente percebida na seguinte pergunta: *“quais são os*

⁴¹ Braga Arcuri, Reginaldo, In: *Os Países da Comunidade Andina 2*, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. 2003.

⁴² Idem.

⁴³ Citação tirada do Caderno Adenauer on-line do sítio: <http://www.adenauer.org.br/livros/prefor/govern.pdf>

arranjos institucionais compatíveis com sociedades que combinam heterogeneidades estruturais com pobreza e desigualdade social?”.

No contexto da questão lançando por Lafer, passamos para um outro estágio dos problemas do continente sul-americano, as disparidades econômicas entre os países do continente. Esta análise também se torna importante por se tratar de objetivos, à princípio, de livre circulação de bens, contudo, há a necessidade de economias menores, como a do Suriname ou Guiana, de proteção à suas indústrias afim de torná-las competitivas e então passar a exportar mais do que importariam de outras economias tais como a brasileira ou argentina.

Este é outro ponto que deverá ser observado de forma cautelosa pelas nações do continente. As diferenças econômicas da região são exorbitantes, a exemplo: a econômica brasileira com a economia uruguaia ou até mesmo a economia do Suriname. Neste contexto, vimos ao longo do tempo que uniões formadas entre países economicamente desenvolvidos com países economicamente dependentes se mostram favoráveis às medidas protecionistas por parte das nações menos favorecidas. Uma iniciativa plausível para a diminuição destas disparidades é o que ocorrem com o Fundo de Convergências Estruturais do Mercosul que visa a um fundo econômico com doações dos países membros para a implementação estrutural dos países menos favorecidos economicamente e pertencentes a este bloco econômico. Esta seria uma boa iniciativa para a correção dos desníveis econômicos percebidos entre os membros da União de Nações Sul-americanas.

3.3 Introdução aos desafios

Desde a criação de nações soberanas, a tendência sempre foi a expansão das fronteiras e a ampliação territorial, a criação de facilidades para a circulação de bens, pessoas e idéias e também a unificação para diminuição de tensões militares. No entanto, não bastava somente a intenção de unificação sem que antes fossem vistas e analisadas as dificuldades que poderiam funcionar como obstáculos a uma ampliação ou mesmo consolidação dos projetos integracionistas.

Antigamente, a expansão territorial era o que motivava a descoberta de novas terras, a exploração de nações menos favorecidas e a anexação de povos inferiores ou que não ofereciam grandes resistências. Mesmo aos mais resistentes, os invasores mongóis de Gengis Khan atuaram com este objetivo, também os romanos dos Césares, e germânicos de Hitler que, entre outros, buscaram a integração global com a intenção de instaurar um governo central. Hoje a unificação de territórios se dá por um novo processo integracionista e é algo mais complexo porque não há mais a figura de um vencedor e um derrotado ao qual o soberano se mostrava apto a dar as ordens e o derrotado a segui-las. No entanto, a história demonstrou ser impossível conquistar e manter territórios, pois todas as nações conquistadas e submetidas a governantes estrangeiros buscaram a independência que um dia alcançaram.

A partir da criação do BENELUX até hoje, este novo processo integracionista não mais se realiza sob anseios militares ou com a imposição de governantes ou príncipes sob o jugo de invasores ou dominadores.

O movimento expansionista hoje está pautado nas relações comerciais e nos interesses recíprocos entre as nações. Primeiramente nos interesses econômicos comerciais, mas que em uma segunda fase passam a envolver aspectos sociais, culturais, políticos e outros. ⁴⁴

A América latina seguiu essa tendência tendo os seus precursores como Simon Bolívar e San Martín, que tinham o anseio de integrar o continente. Porém, não obtiveram sucesso devido às grandes dificuldades encontradas para a consolidação de seus objetivos. Tais dificuldades podem ainda ser um entrave para a consolidação de uma integração subcontinental. O fato de envolver mais países também ocorre em envolver mais questões a serem resolvidas. Questões de ordem econômica, política e democrática. Tais questões serão abordadas logo a frente como principais preocupações para a consolidação da União de Nações Sul-americanas.

Neste contexto, as etapas de um processo de regionalização possuem o mesmo problema da globalização, pode trazer benefícios e também problemas de difícil solução. No entanto, como afirma Stiglitz:

⁴⁴ BRUM, Luís Argemiro, *Opcit.* p-47-50

*Não podemos retroceder em relação à Globalização – ela chegou para ficar. A questão é como fazê-la dar certo. Para isso, é preciso que haja instituições globais públicas que ajudem a estabelecer as regras.*⁴⁵

Do mesmo modo, não devemos retroceder na integração regional, vez que esta pode criar meios para fomentar o crescimento generalizado dos membros e pode proporcionar meios mais fáceis para a atuação diplomática em construção de uma agenda positiva, como afirma Jacques Marcovitch:

*A diplomacia tem-se empenhado em criar agenda positiva. A constituição do MERCOSUL é exemplo de iniciativa nessa nova agenda, a qual procura temperar questões de narcotráfico, imigração ilegal e inadimplência financeira..*⁴⁶

3.3.1 A fragilidade democrática demonstrada por alguns países como obstáculo à implementação da UNASUL .

Os acordos de criação de blocos econômicos geram direitos e obrigações para os Estados membros e as decisões tomadas dentro de um bloco regional não devem ser impostas e sim acordadas e seguidas de forma democrática. Nesse aspecto, vale ressaltar a importância de análises da democracia interna das nações que participam ou poderão ingressar em acordos de integração, a questão principal será a de definir até que ponto governos autoritários tendem a somar para aspectos positivos que levem ao avanço do processo integracionista.

A palavra democracia é originada de dois vocábulos gregos, “*demo*” que significa “povo” e “*cracia*” que significa “governo”. Logo, a palavra como um todo retoma a idéia de “governo do povo, pelo povo e para o povo”. Este conceito surgiu na Grécia antiga, nas “Polis” ou então Cidades-estados, como forma de governo e sistema político e pode ser dividida em democracia direta, semi-direta, indireta ou democracia representativa. A maioria dos Estados do continente sul-americano – assim como o Brasil – aderiram a forma de democracia representativa, que consiste na escolha, direta da população, dos seus

⁴⁵ STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002. p. 271.

⁴⁶ MARCOVITCH, J. *Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*. Ed. Edusp, 1994.

representantes políticos. Esta forma de governo define um determinado tempo para o mandato de cada representante escolhido, no caso de presidente da república, no Brasil, o mandato será de quatro anos podendo ser reeleito para mais um mandato por igual período, de acordo com a Constituição Federal da República Federativa do Brasil.

Assim com o Brasil, a maioria dos países tem sistemas políticas semelhantes, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Suriname, Uruguai também formam repúblicas presidencialistas que divergem em no tempo do mandato presidencial, na quantidade de representantes do povo e na divisão cameral sendo uns unicameral e outros bicameral.

A constituição da Bolívia, que data de 1967 e revista em 1994, prevê um equilíbrio entre os três poderes, mas tende a deixar o Congresso enfraquecido cujo papel está limitado a debater e aprovar legislações provenientes do poder executivo. O poder judiciário que tem como órgão de cúpula o Supremo Tribunal e marcado por alguns estudiosos como corroído por corrupção e ineficiência. No entanto, o governo tem eivado esforços para reformas potencialmente profundas. A fragilidade democrática boliviana se dá devido a autonomia pela lei de Descentralização Administrativa de 1995, porque todos os nove departamentos da Bolívia tem seus dirigentes nomeados pelo governo central, deixando uma oposição fraca e sem voz. Apesar desse sistema, a Bolívia apresenta também problemas de ordem socioeconômica de forma intensa nos últimos anos, devido às fortes pressões por maior autonomia especificamente da parte dos departamentos mais ricos como Tarija, Pando, Santa Cruz e Beni, que demonstram a intenção de escolher seus governantes da mesma forma como o Brasil.

O Paraguai por sua vez também é uma república presidencialista ao qual o presidente é, ao mesmo tempo, chefe de Estado e de governo. No entanto, o histórico desta nação, não muito diferente dos demais países do continente, demonstra uma série de golpes militares e tomada de poder. No final da década de 1980, o general Alfredo Stroessner, devido a incapacidade de lidar com os conseqüentes golpes de Estado foi sucedido por Andrés Rodríguez que assumia o poder com a promessa de estabelecer a democracia que em 1993 levou as primeiras eleições livres, após sessenta anos de governo militar. Contudo, o fantasma dos golpes militares ainda assombra a democracia do país.

O Governo do Peru se encontra em pleno processo de redemocratização. Liderado por Alan García, o Poder Executivo tenta dar sinais de transparência e confiança. Neste

contexto, o Poder Legislativo tem feito um papel de contrabalança ante ao poder Executivo. Contudo, o Executivo e o Legislativo têm eivado esforços para reformar o Poder Judiciário que se encontra de forma antiquada e abundante em casos de corrupção.

A Venezuela, por sua vez, é uma república federal e presidencialista, e tem como Carta Magna vigente a Constituição de 1999 que consagra a existência de cinco poderes incluindo aos três o Poder Cidadão e Eleitoral. Da mesma forma que o Brasil, o Poder Executivo venezuelano recai sobre o Presidente da República que também é eleito pelo sufrágio universal, porém, com um mandato de seis anos podendo ser reeleito infinitamente. Esta foi uma vitória, segundo o próprio presidente venezuelano, logo após a referendada emenda à constituição. No entanto, analistas democráticos afirmam ser esta uma derrota para a democracia, mesmo tendo sido referendado, ou seja: por decisão do voto popular. A questão da fragilidade democrática na Venezuela se mostra aparente quando percebemos que o Presidente da República é ao mesmo tempo Chefe de Estado e também Comandante Supremo das Forças Armadas, além disso, o sistema bicameral de parlamento foi substituído por um sistema unicameral, ao qual torna mais fáceis as aprovações das tomadas de decisões por atos do presidente. O Poder Legislativo reside na “*Asamblea Nacional*”¹ que designará os trinta e seis membros, com mandato único de doze anos, do Supremo Tribunal de Justiça, órgão máximo do Poder Judiciário.

Como temos visto, essa instituição – democracia – encontra-se fragilizada no âmbito do continente sul-americano. A importância de tal análise se dá por sabermos dos benefícios desta forma de governo em comparação á formas governamentais imperialistas ou militaristas, que dão maiores autonomias aos governantes, que impediram que processos integracionistas avançassem no continente em décadas passadas, como no caso da ALALC. No âmbito da democracia, anseios militares por parte dos governantes podem causar tensões políticas dentro do continente e gerar grandes obstáculos a serem superados, pois tais tensões podem impedir um avanço ou travar o processo de integração já que a UNASUL pretende integrar de forma democrática todo o continente sul-americano, tais anseios também podem ser geradores de crises internas nas instituições vigentes das nações, que ao longo do tempo foram se mostrando incapazes de se incorporarem a novas condições que marcaram algumas sociedades com transições políticas complexas ou graves crises econômicas e também processos de reforma do Estado, em meados da década de oitenta. Neste caso, as instituições podem afetar o comportamento e os resultados políticos assim como interagir na produção de

efeitos que irão influenciar de forma direta sobre atributos capazes de manter uma ordem democrática causando uma instabilidade política. A este respeito Mainwaring e Shugart mostram que:

*“não deve ser surpresa que sistemas partidários tidos como institucionalizados até o início da década de 1990 tenham sido varridos do mapa como no caso da Venezuela, ou estejam em processo de acelerada fragmentação, como no caso da Colômbia, ou ainda, apresentem futuro incerto após terem sido sacudidos por violenta convulsão social, como no caso da Argentina.”*⁴⁷

A questão do fortalecimento de instituições internas de cada nação, como viés para o fortalecimento democrático, é de grande importância para a UNASUL que tem como requisito a manutenção da democracia no continente. Esta preocupação se torna aparente nas dificuldades que a Bolívia vem enfrentando para manter sua frágil democracia. Como ocorreu no dia quinze de setembro do ano de dois mil e oito quando a então presidenta do Chile, Michelle Bachelet conseguiu marcar um encontro emergencial na cidade de Santiago no Chile e coordenar a mesa-redonda formada pelos presidentes das nações sul-americanas sobre a questão das ameaças à democracia boliviana. Com a chegada de Evo Morales ao poder⁴⁸ e depois com o Referendum de Santa Cruz,⁴⁹ houveram fortes manifestações de opositores ao fato de que se aprovado, o referendun daria maior autonomia às tomadas de decisões por ato do presidente daquele país, ferindo alguns preceitos democráticos. A questão mais importante neste caso foi a preocupação em intermediar um diálogo entre o presidente boliviano Evo Morales e seus opositores, de forma que não desse a impressão de que países vizinhos não tivessem a intenção de interferir em questões internas da Bolívia. Neste caso, o presidente brasileiro Luis Inácio Lula da Silva foi categórico ao afirmar que para que a reunião fosse positiva seria necessário que em todos os acordos o presidente boliviano estivesse presente se mostrasse favorável.⁵⁰

A preocupação demonstrada pelo governante brasileiro foi a de dar impressão de que os demais países membros não interferissem de forma arbitrária na tomada de decisões

⁴⁷ Fátima Anastasia, Carlos Ranulfo e Fabiano. Governabilidade e Representação Política na América do Sul. Disponível em: <http://www.adenauer.org.br/livros/prefor/govern.pdf>

⁴⁸ Plantador de coca, Evo Morales venceu as eleições em dezembro de 2005 com 53,74% dos votos na Bolívia.

⁴⁹ Realizado no dia 04/05/2008, o Referendum de Santa Cruz obteve como resposta o “sim” de 71,1% dos habilitados para votar na Bolívia e mesmo se tratando de um processo legítimo e bem alicerçado no direito internacional público, este referendun visa dar maior autonomia na tomada de decisões em atos governamentais ao então presidente Evo Morales.

⁵⁰ Crise democrática na Bolívia. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u405782.shtml>. Acessado em 02 de maio de 2009.

em questões internas de outras nações mas que se mostrassem preocupados com a fragilidade democrática de um membro do bloco. De qualquer forma, uma interferência por parte de outros países em questões internas de outros demonstrariam também um enfraquecimento democrático no âmbito do continente sul-americano.

O caso boliviano não é o único. Como visto, o presidente venezuelano também demonstrou os mesmos anseios por maior poder dentro de seu Estado por intermédio de ações populares. Neste caso, há opiniões divergentes no que tange a democracia sob a tutela governista de Hugo Chávez. Alguns estudiosos sustentam que não há democracia na Venezuela por se tratar de um governo militar que ascendeu ao poder após um suposto golpe de Estado, afirmam ainda que o atual presidente pouco se importa com o fortalecimento das instituições democráticas. No entanto, outros estudiosos afirmam que a democracia na Venezuela é plena devido ao poder emanar do povo, no caso, a participação eleitoral da população dando um “sim” com pouco mais de sessenta e sete por cento dos votos no referendo ⁵¹ que daria maior autonomia ao Presidente. Como afirma o próprio dirigente do partido *Um Novo Tempo* (UNT), Omar Barboza:

Deve-se encarar o país e expressar (...) que concorremos e que eles (os chavistas) tiveram mais votos que nós. Deve-se encarar o país e expressar (...) que concorremos e que eles (os chavistas) tiveram mais votos do que os obtidos por nós, isso temos que reconhecê-lo. ⁵²

A este preceito, a chefe do *Conselho Nacional Eleitoral* (CNE), Tibisay Lucena, comemorou o resultado: *"Queremos felicitar o povo de toda a Venezuela por seu comportamento cívico e democrático no dia de hoje. Foi uma jornada extraordinária"*. ⁵³

Este referendo demonstra por si mesmo a fragilidade democrática do país, que mesmo com a necessidade de aprovação popular, houve várias críticas que deram origem a uma série de acusações como demonstra a citação do Presidente venezuelano retirada do jornal Folha On-line:

⁵¹ Referendo que versava sobre o fim da proibição da participação de políticos do executivo em disputas eleitorais para reeleições e que deu ao Presidente Hugo Chávez poder ser reeleito infinitamente. Este referendo revogatório foi votado na data de 15 de agosto de 2008.

⁵² Oposição reconhece vitória do "sim" em referendo na Venezuela. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u504455.shtml>. Acessado em 11 de maio de 2009.

⁵³ Chávez ganha direito a reeleição ilimitada em referendo na Venezuela. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u504452.shtml>. Acessado em 11 de maio de 2009.

*O sr. Gaviria está sendo irresponsável ao fazer esta afirmação totalmente fora da realidade (...) Ele, em sua ambigüidade e seu ziguezaguear, começou a inventar histórias, a dizer coisas que são absolutamente falsas como essa de que o CNE sempre tomou decisões partidárias... Que indigno o senhor Gaviria dizer isto!*⁵⁴

Esta citação se deu após o secretário-geral da OEA (Organização dos Estados Americanos) César Gaviria ter acusado o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), órgão que dirigiu o processo eleitoral do referendo revogatório de quinze de agosto, no qual Chávez saiu vencedor, de tomar decisões partidárias.

⁵⁴ Chávez critica chefe da OEA por acusações de partidarismo. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u76034.shtml>. Acessado em 11 de maio de 2009.

CONCLUSÃO

Os blocos existentes no continente Sul-americano se encontram em vias de correções com constantes reuniões para resolverem os problemas que com o passar do tempo vieram surgindo. Inevitavelmente, alguns destes problemas se incorporaram à UNASUL, que por ser uma integração mais abrangente, logicamente terá mais problemas para serem corrigidos. Este trabalho destacou a importância da democracia e seu fortalecimento, assim como da importância de políticas de coordenação eficiente para o avanço da integração econômica regional. A democracia se torna de extrema importância por se tratar de países vizinhos com o objetivo de maximização de ganhos com o fluxo de produtos, pessoas e idéias, e principalmente, por favorecer uma coordenação mais justa para todos os membros se beneficiarem da união.

Como visto, democracia é um regime de governo ao qual o poder de tomada de importantes decisões políticas se encontra de maneira direta ou indiretamente, com os cidadãos por meio de eleição para seus representantes ou por legitimação de atos inerentes ao cargo que ocupam. Como exemplo, os citados referendos como na Venezuela, que, mesmo sendo aprovado pela maioria da população, o presidente Hugo Chávez passou a ter maior poder podendo ser reeleito por indeterminadas vezes. Neste caso, mesmo que de forma democrática, ou seja: com a liberdade de escolha do indivíduo para uma aprovação popular, algumas atitudes presidencialistas podem dificultar o processo de evolução de um bloco econômico regional. Alguns estudiosos afirmam que a democracia também tem um lado negativo, é quando um presidente consegue usar, devido sua influência, a população a seu favor, como no caso do referendo aprovado na Venezuela, que fere alguns princípios da democracia presidencialista. Neste aspecto, surge a necessidade de uma coordenação eficiente capaz de atender aos interesses de todos os membros do bloco sem que nenhum seja prejudicado.

A importância da coordenação é que uma união opera de forma multidimensional que tende a seguir em múltiplas direções surgindo a necessidade de serem conectadas. No entanto, uma União não evolui sem uma coordenação eficiente. Com base nessa idéia, se faz necessário a criação de mecanismos de coordenação multilateral que proporcionará uma implementação adequada da gestão no processo de

integração, bem como das estruturas organizacionais que podem influenciar de forma direta cada nação. Como o exemplo europeu mostrado através dos anos de evolução da União Européia. O fato é que a integração gera interdependência entre seus membros. Neste caso, interdependência requer coordenação, pois é preciso evitar o conflito, que é sempre um jogo de perdedores.

Tudo isso tende a minimizar os conflitos existentes tanto de ordem econômica como na esfera da política. A instabilidade política gera instabilidade social, o que se torna de extrema preocupação, sobre tudo, para os países andinos que tem uma democracia frágil e uma série de problemas com questão de narco-terrorismo. Neste contexto surge a importância da Unasul para os países sul-americanos.

Alguns estudiosos afirmam que a base para um fortalecimento democrático no âmbito da União de Nações Sul-americanas se encontra nos processos de integração já existentes no continente sul-americano, o MERCOSUL e Comunidade Andina.. No MERCOSUL o que importa, no entanto, não é a gravidade dos conflitos comerciais, mas sim a capacidade de superá-los de forma coordenada e racional porque de qualquer forma, à medida que se intensifica a unificação é mais natural que ocorram conflitos comerciais. Recentemente o governo argentino adotou algumas medidas que deram a impressão da prática do uso de mecanismos protecionistas, o que contraria o acordado dentro da integração. A primeira foi a resolução 861 do Ministério da Economia, pela qual determina a proteção aos tecidos de algodão. Outras medidas protecionistas foram impostas no setor de calçados, no entanto, esta, excluiu o Brasil, que hoje é o principal exportador ao país, neste caso, havia um compromisso explícito do MERCOSUL que foi a decisão 17/96 que desta forma foi estabelecida. Esta mesma medida do bloco exclui os têxteis de seu contexto. Esse foi o motivo que o governo argentino não teve base legal para excluir o Brasil de uma medida solicitada, em conformidade com a legislação vigente, pela entidade empresarial que representa o setor. Outra medida foi a resolução 911 do Ministério da Economia da Argentina que estabelece procedimentos em conformidade a uma medida já existente na Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração – ALADI, para uma possível aplicação de salvaguardas nos acordos que sejam celebrados dentro do bloco. Um ponto que vale ressaltar, é que não seria aplicável dentro do MERCOSUL as normas que a Argentina tem na ALADI se o

bloco tivesse uma coordenação eficiente a ponto de elaborar normas próprias para a matéria, pois estas não existem.

A exemplo do que já ocorreu dentro do NAFTA e União Européia, a Argentina sugeriu recentemente que seria conveniente ao MERCOSUL dispor de mecanismos próprios que concedesse flexibilidade às regras do jogo para resolver problemas graves que pudessem surgir com relação a um produto ou um setor, prejudicando o avanço da integração.

Poderia ser aplicado dentro da UNASUL, por intermédio de uma coordenação eficiente, mecanismos que acolhessem propostas para um aprofundamento gradativo das questões comerciais entre os membros, com o objetivo de evitar conflitos ou medidas protecionistas.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **MERCOSUL: fundamentos e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: LTr, 1998.
- AMARAL JUNIOR, Alberto do; RATTON, Michelle. **UNIÃO EUROPÉIA**. Ed. Aduaneiras, São Paulo, 2002.
- ARCURI, Reginaldo Braga. MERCOSUL/XXXIV CMC/DI N° 11/07. **Programas de Integração Produtiva**. Relatório de atividades. Montevideú. 17 de dezembro de 2007.
- BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Econômica**. 2ª Ed. Lisboa: Ed. Livraria clássica, 1961.
- BRUM, Argemiro Luís. **A Economia Internacional na Entrada do Século XXI. Transformações Irreversíveis**. 2ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.
- CARR, E. H. **Vinte Anos de Crise 1919 – 1939**. Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Brasília.
- FINKELSTEIN, Cláudio. **O Processo de Formação de Mercados de Bloco**. Ed. Thomson, São Paulo, 2003.
- FLORÊNCIO, Sérgio Abreu e Lima; ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. **Mercosul hoje**. São Paulo: Alfa Omega, 1996.
- GOMES, Eduardo Biacchi. **A Globalização Econômica e a Integração no Continente Americano, Desafios para o Estado brasileiro**. Coleção Relações Internacionais e Globalização 2. Ed Unijui, Rio Grande do Sul, 2004.
- MOREIRA, Sérvulo Vicente. **O Comércio no Âmbito do MERCOSULA**. In *Universitas Relações Internacionais*, volume 5. Brasília, jan./dez. 2007.
- VIEIRA, José Luiz Conrado. **A Integração Econômica Internacional na Era da Globalização: Aspectos Jurídicos, Econômicos e Políticos sob Prismas Conceitual e Crítico**. São Paulo: Letras & Letras, 2004.

SÍTIOS UTILIZADOS

<http://www.folhaonline.com.br>

<http://www.wto.org/develop/webrtas.htm>.

http://ec.europa.eu/economy_finance/thematic_articles

<http://ec.europa.eu/enlargement/5years>

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc>

<http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=220928&modulo=965>

<http://www.adenauer.org.br/livros/prefor/govern.pdf>

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ADDA, Jacques. **Os Problemas da Globalização da Economia**. Série Entender o Mundo, volume 8. Ed. Manole. Barueri – SP, 2004.
- BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GOLÇALVES, Reinaldo. **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BETIOL, Laércio Francisco. **Integração Econômica e União Política Internacionais**. São Paulo: Ed. Ver. Dos Tribunais. 1968.
- CUNHA, Paulo de Pitta e. **Integração Européia: Estudos de Economia, Política e Direito Comunitários**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.
- DIZ, Jamile Bergamischine Mata. **A Ampliação da União Européia e o Futuro das Relações firmadas com o Mercosul**. In: FERRAZ, Daniel Amin. (Coord.). **Manual de integração regional. Relações União Européia e Mercosul**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.
- FERRAZ, Daniel Amin. (Coords). **Manual de integração regional. Relações União Européia e Mercosul**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.
- FERREIRA JÚNIOR, Lier Pires. **Estado, globalização e integração regional: políticas exteriores de desenvolvimento e inserção internacional da América Latina no final do Século XX**. Rio de Janeiro: América jurídica, 2003.
- GALLEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. 16ª Ed., Coleção Estudos Latino-Americanos. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.
- MACHADO, João Bosco M. **Mercosul: processo de integração: origem, evolução e crise**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.
- MACHLUP, Fritz. **A History of Thought on Economic Integration**. In **Economic Integration: Worldwide, Regional, Sectorial**. Londres: The MacMillan Press, 1976.
- MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MCGREW, Anthony; HELD, David. **Prós e Contras da Globalização**. Jorge Zahar Ed. Rio de Janeiro, 2001.
- MENEZES, Alfredo da Mota, FILHO, Pio Penna. **Integração Regional: Os Blocos Econômicos nas Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MERCOSUL/CMC/DEC. N° 18/05. **Integração e Funcionamento do Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento da Estrutura Institucional do MERCOSUL**, 2005.

MERCOSUL/CMC/DEC. N° 24/05. **Regulamento do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL**, 2005.

MERCOSUL/CMC/DEC. N° 22/07. **Fundo MERCOSUL de Apoio à Pequenas e Médias Empresas**, 2007.

MERCOSUL/GMC/RES. N° 01/03. **Estrutura e Funcionamento da Secretaria do MERCOSUL**, 2003.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 20ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SCHAPOSNIK, Eduardo Carlos. **As teorias da integração e o Mercosul: estratégias**. Florianópolis: UFSC, 1997.

SILVA, Mozart Foschete da. **Relações econômicas internacionais**. São Paulo: Aduaneiras, 1999.

TROYJO, Marcos Prado. **Nação-Comerciante, Poder e Prosperidade no Século XXI**. Aduaneiras, São Paulo, 2007.